

GESTÃO EDUCACIONAL E TRABALHO DOCENTE: PERSPECTIVAS ATUAIS DOS ESTUDOS COMPARADOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA

Maria Izabel Alves dos Reis

mariaizabel.reis@bol.com.br

Vanilson Oliveira Paz

vanilsonpaz@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo discute questões relacionadas à gestão educacional e ao trabalho docente no contexto das reformas educacionais no Brasil e na Argentina. O objetivo será o de verificar os impactos das reformas educacionais na gestão educacional e do trabalho docente nesses países. Buscou-se através de pesquisa bibliográfica (DURTE 2011, FELDFEBER 2011, KRAWCZYK, 2008, MELO 2011, OLIVEIRA 2011) em estudos comparados sobre as políticas educacionais nesses países, traçar um breve estudo sobre as mudanças na gestão educacional e o trabalho docente e como elas vieram impulsionando novas formas de regulação na educação. As políticas educacionais nos anos de 1990 até o presente momento vêm sendo apontadas como tendo um único viés, qual seria o de garantir que os sistemas educacionais se adequem as mudanças impetradas pelo mercado de trabalho, ajustando assim a educação à lógica mercantil, desvelando o compromisso dos países aos ditames dos organismos internacionais. A gestão educacional e o trabalho docente passaram a serem centrais, uma vez que, que é através das mesmas que todos os programas e ações, são postas em práticas dentro do espaço escolar. Buscam-se parcerias com a comunidade para a gestão das escolas, ao mesmo tempo em que a avaliação do desempenho dos alunos, passa também a ser um traço da avaliação do trabalho docente, trazendo a tona, novas regulações para a educação, sendo esse mecanismo comum a ambos os países. Mantidas as peculiaridades entre esses países, o estudo aponta similitudes e diferenças nas políticas educacionais, demonstrando como atrelados está a lógica do sistema capitalista, indicando um forte apelo às performances dos sistemas educativos, marcando profundamente a gestão educacional e o trabalho docente, uma vez que cabe aos mesmos a responsabilidade pela efetividade das reformas no chão da escola.

Palavras-chave: Política Educacional. Gestão Educacional. Trabalho Docente.

Introdução

Os sistemas educacionais latino-americanos a muito vem sendo analisados e refletidos, visando-se encontrar propostas e soluções para os problemas que os afligem. Tal atitude se caracteriza como uma constatação tanto à importação de modelos e soluções externas à realidade latino-

americana, como às decisões centralizadas, impostas, que não correspondem às necessidades e expectativas destas sociedades e de seus respectivos sistemas de ensino.

Neste sentido, ganha espaço nas pesquisas acadêmicas, os estudos comparados, que buscam desvelar a realidade dos países latino-americanos. Esses estudos são importantes à medida que trazem a tona, as múltiplas facetas de realidades distintas, buscando apreender as diferenças e semelhanças entre si. Os estudos comparados permitem ir além, de uma mera visão do outro, permitindo, através do outro, um novo olhar sobre si mesmo (FRANCO, 2000).

Comparar é uma atitude humana por excelência na medida em que, a comparação possa ser confrontada de forma consciente e crítica. A comparação não pode ser vista sob o prisma, do relativismo em si, implica uma visão de totalidade, de ampliação do processo de aquisição do conhecimento de determinada realidade.

A comparabilidade emerge da capacidade humana de conhecer fazendo analogias, singularizando os objetos, identificando suas diferenças e deixando emergir as semelhanças contextualizadas, suas particularidades históricas (FRANCO, 2000, p. 201).

Para Krawczyk (2008) para os estudos comparados, a comparação não deve ser vista como um fim em si, mas como meio, que garanta a articulação de questões comuns de análises. Neste sentido, os estudos comparados na América Latina, sob o ponto de vista de Franco (2000) precisam ser erigidos dentro de uma concepção e análise crítica, na medida em que os países que fazem parte desta região¹ têm suas especificidades, históricas, econômicas, sociais e culturais, que precisam ser levadas em consideração. Na educação esses estudos criam possibilidades reflexões das realidades que se localizam em seus diferentes países da região, que por sua heterogeneidade relacionada tanto as dimensões de formação cultural, política, histórica econômica e social, geram necessidades, de buscar em sua totalidade, semelhanças e diferenças.

¹ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Uruguai, Venezuela.

Fazendo um corte de tempo, os estudos comparados em educação na América Latina dão conta de que os anos de 1990 foram marcados por uma profusão de mudanças originadas pela reestruturação produtiva nesses países, a exemplo do que vinha ocorrendo nos países desenvolvidos desde os anos de 1970. Essa reestruturação acarretou reformas no âmbito econômico, político e social que sustentasse um modelo de sociedade sob o prisma do sistema capitalista em lógica da globalização e das políticas neoliberais. Desta forma os países latino-americanos iniciaram um amplo processo de reformas em seus sistemas educativos, visando à adequação dos mesmos a reestruturação dos setores produtivos, que ensejavam uma formação que adequasse os sujeitos as novas demandas do mercado. Tais reformas tiveram forte influência dos organismos internacionais, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, dentre outros que, de maneira ampla e generalizada, não levaram em conta as peculiaridades, o que levou a uma homogeneização das reformas nestes países. Segundo Pini e Melo (2011):

No marco do clima ideológico global que favoreceu enfoques neoliberais e neoconservadores, as políticas educacionais na América Latina adquiriram os traços das recomendações das agências internacionais: priorizavam a eficiência e a qualidade, a avaliação compreendida como padrões ou indicadores, a descentralização e a autonomia, a privatização e a orientação para uma formação de recursos humanos, a fim de aumentar a competitividade internacional das economias nacionais (p. 41).

Assunção (2003) afirma que as reformas econômicas e sociais originárias não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina, e que incidem diretamente na reforma educacional, trouxeram para a docência a configuração de inúmeros papéis, que no final das contas, acabaram por sobrecarregá-los, nas suas tarefas cotidianas. Esta sobrecarga tem a ver com as metas traçadas, no que diz respeito à qualidade da educação, prescritas nos programas oficiais do governo ocasionando uma onda de avaliações, que ao final das contas, traz na ponta do *iceberg* uma nova regulação para a gestão educacional e para o trabalho docente (OLIVEIRA 2011).

1. Os Estudos Comparados em Educação no Brasil e na Argentina nos anos de 1990 aos dias atuais

Tanto Argentina quanto o Brasil experimentaram processos de reforma iniciada nos 90 de tipo tecnocrático (de cima para baixo e fundado em um conhecimento especializado), que buscaram a modernização, a melhoria da eficiência e a provisão de um ordenamento para os sistemas educacionais considerados em crise. Tais reformas estiveram intimamente ligadas a reestruturação do Estado – em consonância com as medidas promovidas pelo Consenso de Washington – que foi levado a cabo nos dois países em decorrência do esgotamento do modelo desenvolvimentista apoiado na substituição das importações.

As reformas educacionais nos anos de 1990 nestes países trazem como tônica central, os aspectos da descentralização administrativa, financeira e pedagógica (FELDFEBER e OLIVEIRA 2011, p. 28) trazendo mudanças significativas no campo da gestão educacional e do trabalho docente. Para Pini e Melo (2011) as reformas que marcaram esses países, nos anos de 1990 apesar das diferenças fruto do contexto de cada região, não significaram uma ruptura no modelo reformista, uma vez que, não lograram mudanças nas estruturas do ensino.

No caso da Argentina os estudos de Krawczyk e Vieira (2008) pontuam que as reformas neste país nos anos de 1990 ocorreram em consonância com as modificações econômicas e políticas sob os ditames do neoliberalismo, cujo marco foi o período da ditadura militar nos anos de 1970. Com mais profusão é nos anos de 1990 que a institucionalização do Estado mínimo, que enseja a diminuição do papel do Estado nas políticas sociais que ocasionar no âmbito educacional uma política de descentralização da gestão e do financiamento de todo o sistema, que passou a partir de então a ser administrado pelas províncias. Segundo as autoras:

A reforma estrutural do Estado iniciada pelos militares teve continuidade na década de 1990, desencadeando uma compulsiva aplicação do federalismo que trouxe a deterioração de muitos dos serviços públicos, pois as províncias não se encontravam em condições de assumir tais responsabilidades (KRAWCZYK e VIEIRA, 2008, p. 29).

Como marco das reformas educacionais que formalmente teve início em 1993, foi à aprovação da Lei Federal de Educação (LFE), considerada na primeira lei geral da educação na história do país (GOROSTIAGA e VIEIRA 2011, p. 64) que garantiu as bases para todas as ações no campo da educação, redefinindo o papel do Estado. No que diz respeito às responsabilidades, coube ao Estado- nacional o encargo pelo planejamento estratégico, controle da política e avaliação dos resultados, ficando para as províncias, a administração e financiamento.

Além desses aspectos, um fato destacado dentro das reformas educacionais, foi à política compensatória, guiada pelo Plano Social Educativo (PSE), cuja característica seria o de atender a população mais necessitadas, com material didático, de equipamento, de infra-estrutura e de concessão de bolsas para estudantes. Para Krawczyk e Vieira (2008), essa política compensatória, teve impactos na lógica da regulação da educação pública na argentina, deixando de ser universalista e passando a focalizar na população em condições de vulnerabilidade.

Nos 2000 novas reformas na educação foram realizadas culminando com a Lei Educação Nacional (LEN), que passa a regular todo sistema educacional, menos a Educação Superior Universitária. Pini e Melo (2011), resumem os pontos relevantes da Lei:

Caracteriza a educação como prioridade nacional e constitui uma nova política de Estado com a finalidade de construir uma sociedade mais justa, reafirmar a soberania e entidade nacional, ampliar o exercício da cidadania democrática, respeitar os direitos humanos e liberdades fundamentais e fortalecer o desenvolvimento econômico e social da nação (art. 3). Reafirma, ainda a principal do Estado na educação e sua oferta integral, permanente e de qualidade a toda a população (art.4 a 6), na fixação de políticas, no controle(art. 5) e no financiamento (art. 9) (p.46).

Diferente da reforma dos anos de 1990, que continha um caráter privatizador e gerencial, as reforma educacionais dos anos 2000 o Estado Nacional passa a reaver suas incumbências e responsabilidades. No entanto, em decorrência das políticas neoliberais dos anos de 1990, no tocante a educação, as marcas ainda são relevantes na atualidade e não está sendo

possível chegar às populações excluídas, sendo ainda fortes as políticas compensatórias e focalizadas para essas populações (PINI E MELO 2011).

No Brasil a educação, principalmente no início dos anos de 1990, quando o país começa a sofrer mais diretamente os ajustes do modelo econômico e social, na perspectiva neoliberal, passa a ser colocada como requisito fundamental, tanto para o desenvolvimento do indivíduo como da sociedade. Datando deste período, os debates acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96, que trouxeram para a educação mudanças importantíssimas, para que se desenhasssem na atualidade o modelo de gestão, de financiamento, de formação, de avaliação, dentre outros, além da própria criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com o intuito de equalizar o conhecimento e conteúdos ministrados na escola.

É neste contexto de reorganização do Estado, no qual o mesmo deixa de ser um Estado Providência para assumir um papel de Regulador das políticas sociais e econômicas. Como regulador, sua atuação se concretiza na indução de programas de avaliação em todos os níveis de ensino, assim como no acompanhamento e controle das políticas administrativas e financeiras na educação. Tal papel tem como premissa básica ao ajuste das demandas e da adequação a concepção de formação e produtividade emanadas do mercado de trabalho, seguindo a lógica do modelo neoliberal de políticas econômicas e sociais. Apontamos que a transformação das funções sociais do Estado obedece à Reforma Administrativa do Estado, que privilegia em um primeiro momento a mercantilização dos serviços e benefícios sociais, ao mesmo tempo, que privatiza as instituições públicas, reduzindo sua responsabilidade social com a população.

As reformas educacionais nesse período tiveram como pano de fundo a Reforma do Estado, que surge a partir de argumentos de que estaríamos vivenciando uma forte crise fiscal, cujos elementos de sustentação dessa tese seriam o excessivo gasto público; um Estado regulador, indutor coordenador e mobilizador dos agentes econômicos e sociais; a crise do Estado de Bem-Estar Social; a incapacidade política de institucionalizar a democracia e prover uma cidadania adequada e a *crise do modelo de gestão pública*, tendo em vista os

elevados custos e a baixa qualidade dos serviços prestados para sociedade (BRESSER PEREIRA, 1995).

Nos anos 2000 as reformas educacionais sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para Oliveira (2009) centrou suas ações nas políticas sociais para os setores mais pobres da população, para tal a busca de parcerias entre escolas e municípios norteiam novos modelos de gestão no âmbito da educação, ao mesmo tempo em que percebemos uma continuidade na forma de encaminhamentos nas políticas educacionais do governo de Fernando Herinque Cardoso. Na educação básica o esforço se concentrará em colocar em ação as reformas iniciadas no governo de FHC, marcando neste contexto o Plano de Ações Articuladas (PAR) para a educação em todos os municípios e estados brasileiros, em uma ação conjunto, que principiou um ajustes em ações a nível nacional dos dirigentes educacionais, tendo como princípios articulados a gestão dos sistemas educativos, a formação inicial e continuada, o plano de cargos e salários, a estruturas físicas dos sistemas escolares além, da previsão da ampliação do tempo escolar, qual seria a escola de tempo integral.

2. Gestão Educacional e Trabalho Docente no Brasil e Argentina

Nas análises das políticas educacionais no Brasil e Argentina se atenta para o papel do Estado e sua interface com a globalização econômica, e as políticas neoliberais que novos contornos aos rumos das políticas econômicas e sociais, com a interferência dos Organismos Internacionais, como o Banco Mundial, enquanto idealizadores das orientações colocadas em práticas pelo Estado, considerando as possíveis e necessárias mediações. Tanto na Argentina como no Brasil os Estudos Comparados apontam os impactos das reformas sobre a gestão educacional e o trabalho docente nos anos de 1990 e seus reflexos nas políticas educacionais nos anos 2000.

Na gestão educacional os pontos comuns das reformas dos anos de 1990 e os anos 2000 será a transferência de responsabilidades que sai do

âmbito do estado nacional e passa a ser assumidos pelas províncias o caso da Argentina e aos municípios no Brasil que passarão a assumir os encargos sobre seus respectivos sistemas educativos, qual seria a descentralização administrativa. Assim ganha relevância a autonomia no âmbito das instituições escolares, que passou a figurar como pano de fundo para a participação da comunidade intra e extra-escolar na organização e no planejamento da escola. Na Argentina, a forma de se impulsionar a autonomia nas escolas deu-se através dos Projetos Educativos Institucionais (PEIs) que teve como princípio a formulação de diagnósticos e planos com a participação da comunidade intra e extra-escolar, visando a melhoria da qualidade da educação. Também no Brasil o Projeto Político-Pedagógico (PPP), como parte do princípio da gestão democrática posto pela LDB/1996, será considerado uma forma de cada escola garantir a participação da comunidade dentro da escola, formulando em parceria com sociedade civil e organizada, pais e alunos, e todo corpo de trabalhadores dentro da escola, da organização pedagógica, administrativa e financeira da escola. Sobre a gestão escolar Gorostiaga e Vieira suscitam da seguinte forma tal questão:

[...] a LDB expressa princípios de descentralização pedagógica e administrativa e de participação comunitária, fomentando a elaboração de projetos escolares por parte dos docentes e a configuração de conselhos escolares. Na mesma direção, o Plano Nacional de Educação 2001 -2010 propôs uma gestão democrática da escola através de uma maior autonomia institucional e uma crescente participação da comunidade escolar na gestão pedagógica e administrativa (2011, p. 75).

Na perspectiva de garantir de maior autonomia aos sistemas escolares, houve implantação os Conselhos Institucionais na Argentina e os Conselhos Escolares no Brasil. Em ambos tenta-se inculcar uma cultura de participação dos sujeitos nos processos administrativos, pedagógico e financeiro das escolas.

De maneira geral a forma a descentralização da educação em ambos os países, demandou para as escolas graus de autonomia e participação, forçando, uma cultura de participação há muito retraída pela recente história de participação das comunidades nos direcionamentos das escolas. Mesmo que em nível de legislação tenha avançado, no entanto, demonstrou pouco impacto

na gestão da escola. Isso em decorrência de vários motivos comuns em ambos os países, como a falta de condições físicas das escolas, a estrutura burocratizante do sistema, a centralização do planejamento de programas e ações no governo central, engessando as instituições escolares naquilo que já está elaborado pelo governo.

O enfoque dado à gestão educacional principalmente no diz respeito à aos aspectos referentes à descentralização administrativa pedagógica e financeira das escolas, assim como nos anos de 1990, continuaram com mais ênfases nas reformas educacionais dos anos 2000 na Argentina e no Brasil. Aqui o papel avaliador e regulador do Estado serão mais contundentes, uma vez que a desempenho das escolas será foco central

Com as novas formas de gestão das escolas fruto das reformas no âmbito da gestão educacional, os estudos comparados apontam nos dois países ter havido uma intensa transformação no trabalho docente uma vez que esse trabalho passa a ser vital na implementação dessas reformas no chão da escola (OLIVEIRA, 2003).

O trabalho docente diante das reformas nos permite buscar explicações para tentar compreender o conjunto das relações estabelecidas sejam de ordem pedagógica, administrativas, financeiras e suas interfaces no trabalho docente. Sabemos que a escola sofre as influências dos determinantes sociais, políticos, econômico e cultural da sociedade. Estas influências são responsáveis pela forma de conceber a educação e assim, elas são postas na organização escolar e de certa forma introduzidas no trabalho realizado pelos trabalhadores docente.

Tanto na Argentina quanto no Brasil as mudanças relacionadas ao trabalho docente são contundentes. No caso da Argentina, as transformações ao trabalho docente têm a ver com as políticas assumidas pela educação, que passou a adotar medidas focalizadas e assistencialistas, mudando o foco do pedagógico dentro da escola, desviando a função do trabalhador docente e até mesma da escola, contribuindo para o aumento da carga de trabalho dos docentes (PINI e MELO p.50).

Emilio Tenti Fanfani em seu artigo “El Oficio Del Docente em Argentina y Brasil: Característica sociodemográfica y posición em La Estructura Social”, realiza uma pesquisa comparada do trabalho docente na educação básica escolas publica e privadas entre os dois países.

De maneira geral, a pesquisa aponta que os trabalhadores docentes no Brasil são mais jovens que na Argentina. Esta ultima concentra a força trabalhadora feminina no setor privado. Sobre o contexto familiar:

Los datos indican que, em los países comparados, La mayoría no es jefe de hogar, lo que se puede explicar por presencia dominante de la mujer en este grupo social. [...] también se vê em el nivel médio la proporción de jefes de familia es mayor que probablemente se deba al hecho de que em grupo es más fuerte la presencia de los verones. En el caso de la Argentina, puede jugando um papel importante el hecho de que los profesores del secundário tienen una estructura de edad más elevada que los del primário, lo cual puede estar favorecido la presencia de más jefes de hogar. (FANFANI 2006. p.118).

A pesquisa demonstra que no Brasil é maior o número de trabajadoras docentes e que são chefes de familia. Os dados indican que, os docentes pertenecen à classe média e que as transformações ocorridas no contexto social e econômico nos últimos anos, provocaram mudanças na qualidade de vida dos setores médio da classe social, sendo que na Argentina foi mais visível esse contexto. Sobre como os docentes percibem sua condição de pobreza, a pesquisa aponta que:

Em términos de generales puede decirse que em el Brasil, entre los docentes situados em los dos quintales de ingresos más bajos, más de la mitad (52,5%) consideran que viven em hogares pobres. Por el contrario, este porcentaje baja al 18% entre los docentes siuados em los dos quintales de ingrerso más favorecidos. Em la Argentina, se observa La misma asociación entre posición em la estructura de distribución Del ingreso y percepción de pobreza. Pero, también, existen proporciones de docentes que, pese a estar ubicados em los dos quintales más altos, sin embargos, consideran que viven em hogares pobres (18,6% em el caso de Brasil) (FANFANI 2006. p.137).

Para o autor supracitado, os dados são preocupantes à medida que as condições de pobreza impactam não apenas na condição social, mas na

subjetividade e na realização da atividade docente, uma vez que o mesmo se sente insatisfeito com seu trabalho.

As transformações do trabalho docente nos países demonstram que as avaliações passaram não apenas a medir o nível de aprendizado dos alunos, mas segundo Oliveira e Feldfeber (2011, p. 29):

Tais avaliações têm servido de em muitos casos, como instrumento de avaliação e controle do trabalho docente por meio da premiação aos professores cujos alunos apresentam desempenho satisfatório e o contrário, maior pressão e cobrança daqueles cujos alunos não apresentam bom desempenho.

Na Argentina foi criado o Sistema Nacional de Evaluación de La Calidad (SINEC), que na atualidade é utilizada uma amostra de escolas de educação primária e secundária. Professores, estudantes e diretores, respondem a questionários contextuais. No Brasil atualmente, temos a Prova Brasil, foi criada tendo como objetivo avaliar a qualidade do ensino, tendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) o indicador de qualidade de educação, na qual se pretende avaliar as condições de ensino das escolas.

As avaliações são vistas como mecanismos de controle e de regulação do trabalho docente. De maneira geral vemos surgir a partir das reformas educacionais nos anos de 1990 e 2000 o caráter regulador das políticas educacionais. O Estado regulador tem como princípio o caráter concentrador das políticas educacionais, uma vez que, centraliza no governo a responsabilidade de definir os sistemas nacionais de avaliação, do estabelecimento dos parâmetros curriculares nacionais, assim como as novas estratégias de formação de professores, deixando poucas margens de atuação para a sociedade civil. Traz para o âmbito das políticas sociais um novo papel, uma vez que no processo de globalização e transnacionalização do sistema do capital o Estado passa a desempenhar novas formas de regulação, coerção e controle social, (BARROSO, 2001). Nesta perspectiva, o Estado também ganha status de Estado- avaliador uma vez que, ao regular as políticas econômicas e sociais têm um controle, maior das mesmas através de mecanismos avaliadores e regulatórios. Este papel é crucial na manutenção e hegemonia do sistema do capital.

Com relação às políticas educacionais o Estado passa a ter um maior controle do currículo, da gestão da escola e do trabalho dos professores (BARROSO, 2001 p. 27,). Este passa a se fortalecer enquanto Estado-avaliador, à medida que passa a adotar as avaliações em todas as instancias do sistema educacional, principalmente com relação ao trabalho docente. Essa é uma característica comum a ambos os países.

Sobre o trabalho docente os estudos comparados apontam a existência de uma política de valorização do trabalho docente, onde na Argentina foi criado o Programa Nacional de Compensação Salarial Docente, no Brasil o Piso Salarial Profissional no Brasil. Sobre esse assunto Oliveira e Feldfeber ponderam:

Em ambos os países se observa que os governos centrais, a União no caso do Brasil e a Nação no caso da Argentina, têm recuperado a iniciativa em aspectos vinculados com o aumento do financiamento educacional, têm buscado garantir melhores condições de trabalho para os docentes e a superação das desigualdades entre as localidades mais pobres e mais ricas (municípios e estados; distritos e provinciais). Contudo, ainda não conseguimos articular novas formas de distribuições de responsabilidades entre as diferentes instâncias de governo (União, estados e municípios no Brasil e nação e províncias na Argentina) para garantir o direito à educação de todos os cidadãos e superar a fragmentação dos sistemas educativos (2011, p.33).

Assim, podemos visualizar importantes medidas relacionadas à valorização dos trabalhadores docente, mesmo que elas não garantam as condições mínimas de trabalho nas escolas mantidas pelo estado. E são essas condições de trabalho que afetam a qualidade desses trabalhadores de vida nos países estudados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou questões relacionadas à gestão educacional e ao trabalho docente no contexto das reformas educacionais no Brasil e na

Argentina. As pesquisas em Estudos Comparados apontam muitas semelhanças relacionadas às políticas educacionais em ambos os países, o que acarretou tanto para a gestão quanto para o trabalho docente, muitas mudanças.

As reformas educacionais que balizaram os anos de 1990 têm a marca do continuísmo nos anos 2000, ressaltando que na Argentina, traz como diferença o fato de haver um fortalecimento do papel do estado nas políticas educacionais, que nas reformas dos anos de 1990 ocorreu o contrário. Nos países estudados foi marcante o papel centralizador, avaliador e regulador do estado nas políticas educacionais, sendo favorecido pela criação dos sistemas nacionais de avaliação, contribuindo enormemente para a reconfiguração da gestão e do trabalho docente dentro das instituições escolares.

Tanto a gestão quanto o trabalho docente foram bastante focalizados nas reformas destes países, uma vez que, são orientados pela lógica das políticas de formação e de adequação aos modelos de formação guiados pelo sistema do capital.

O discurso da autonomia e da descentralização também fez parte da reforma, mas que de certa maneira pouco espaço deixou para a participação dos sujeitos no chão das escolas, uma vez que, todas as políticas foram centralizadas nos órgão central ficando para a gestão e o trabalho docente a responsabilização pelo sucesso ou o fracasso do ensino em ambos os países.

REFERENCIAS:

CASTRO Marcelo L. Ottoni Brasil e Argentina: estudo comparativo das respectivas leis gerais sobre educação. Textos para Discussão 32. Brasília, junho / 2007 acesso em 16/04/2012.

http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm

PINI. Mónica Eva. MELO. Savana Diniz Gomes. Argentina e Brasil: Mudanças e contradições nas políticas educacionais. IN: Políticas Educacionais e trabalho Docente: Perspectiva comparada. (Orgs.) OLIVEIRA Dalila Andrade. PINI. Mónica Eva. FELDFEBER. Myriam. Ed. Fino Trato. Belo Horizonte. 2011.

FANFANI Emilio Tenti em seu artigo “El Oficio Del Docente em Argentina y Brasil: Característica sociodemográfica y posición em La Estructura Social”, IN FELDFEBER Myriam. OLIVEIRA. Dalila Andrade (comps) Políticas Educativas e Trabajo Docente: Nuevas Regulaciones. Nuevos Sujetos. Buenos Aires. Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2006.

FRANCO. Maria Ciavatta. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre estudos comparados. Educação e Sociedade, ano XXI, nº 72, agosto/00.

KRAWCZYK. Nora. A Reforma educacional na América Latina: uma perspectiva histórico-sociológica. São Paulo. Xamã. 2008.

ROSAR Maria de Fátima Felix. KRAWCZYK Nora Rut. Diferenças da Homogeneidade: elementos para o estudo da política educacional em alguns países da América Latina. Educação & Sociedade, ano XXII, n. 75, Agosto/2001.